



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 19 DE MARÇO DE 1997

Eu acho que hoje, aqui, nós temos uma espécie de audiência. Não é uma reunião formal, de modo que eu não preciso me dirigir formalmente a ninguém em particular. Não preciso citar os nomes dos que aqui já falaram – que são conhecidos de todos nós –, muito menos mencionar os ministros.

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer por mais esta oportunidade de nos encontrarmos aqui, no Palácio do Planalto. O Urbano disse que não é a primeira vez. E não é mesmo. Desde que assumi a Presidência da República, todas as vezes que houve o Grito da Terra, eu recebi.

E, mais do que receber... – desta vez, é sem café, hein! Você disse que não queria café... Não tem café – mais do que receber e servir o café, nós procuramos dar uma orientação que permita atender, dentro do que se possa, às reivindicações, que são justas. Se há alguma coisa de visível no Brasil de hoje, é que ninguém pode dizer que as reivindicações aqui apresentadas não sejam justas. São justas.

Ora, se o Presidente diz que são justas, por que não se atende? Bom, é fácil imaginar que basta o Presidente dizer: "faça-se!" Não é assim. As coisas são bastante mais complicadas. E eu creio que o Urbano também

me mostrou que não é assim. Mas dizer que não é assim não quer dizer que nós devamos cruzar os braços. É verdade que muitas decisões são tomadas, que já custa muito organizar a vinda de vocês, a discussão, os líderes sindicais, os líderes comunitários que vêm conversar com o ministro, com o secretário executivo, com o técnico; chega-se a uma decisão; publica-se um ato; e, depois, custa a acontecer, se é que acontece.

Por quê? Porque – eu vou apenas repetir o que tenho dito, há muito tempo, aqui – o Estado brasileiro não foi feito para atender a maioria. Não foi feito. Quer dizer, isso, na realidade, não foi feito por mim. Eu apenas herdo uma situação e tento mudá-la. Então, muitas vezes, não é a questão de que a pessoa que está lá, na ponta, não queira atender. É que todo o conjunto não foi pensado para atender a esses problemas que, hoje, desafiam o Brasil. Isso não tem a ver só com a burocracia. Não é o funcionário que não quer atender, é um conjunto de circunstâncias que dificultam muito.

Tomemos o Pronaf, que é um programa específico, importante, porque vai atender a pequena agricultura familiar. No início, nas nossas primeiras conversas, o que se dizia? “Precisa por dinheiro no Pronaf. A Fazenda não liberou o dinheiro do Pronaf”. É aquela luta: a Fazenda nunca libera – nunca libera porque não tem, não é porque não queira.

Então, é preciso criar recursos, não-sei-quê... A Fazenda libera. Depois, não chega na ponta. Não chega na ponta por quê? Porque a estrutura do Banco do Brasil não está preparada para atender a milhares de pessoas. Estava muito mais preparada para atender a poucos grandes, poderosos, que, no passado, nem pagavam depois. O mesmo se diga da Caixa Econômica, que, junto com o Banco do Brasil, quase foi à falência. Só não falem porque são do Governo.

Então, este Governo teve que botar dinheiro lá, teve que reorganizar. Na verdade, começou no governo passado, porque a grande desorganização foi dada no governo passado, e nós começamos a reorganizar, colocar em pé essas instituições. Ainda assim, as instituições não têm a capilaridade, os canais, para chegar até quem necessita. Não têm. Estavam acostumados a discutir com outros clientes, então isso é um processo. Leva tempo. Precisa dessa luta.

Você disse que falou comigo como Presidente e como sociólogo. Como Presidente, eu, talvez, não devesse dizer nada. Como sociólogo, eu devo dizer: precisa dessa luta. Quer dizer, quando há uma luta para que haja um melhor atendimento e tal, eu sei que essa luta é necessária, não é? É preciso que se compreenda, também, que este Governo sabe que essa luta é necessária e ele tenta fazer o que pode. Não é um Governo de portas fechadas; é de portas abertas. E sabe o Governo, também, que precisa dos movimentos para que as coisas avancem.

Então, nós temos que ter uma relação – posso usar a palavra, que o Urbano conhece – dialética, não é? Temos que ter uma relação dialética entre os movimentos e o Governo, os movimentos e o Estado. O que fica ruim é quando se pensa que aqui vão encontrar uma barreira. Não vão encontrar uma barreira. Mas, ao não encontrar uma barreira, também seria mentira da minha parte se eu dissesse isso: “Então, porque não tem a barreira, vai resolver tudo”. Não vai, mesmo que eu queira. Vai precisar continuar progredindo. Vai precisar continuar avançando.

No caso do Pronaf, nós íamos atender 80 mil famílias, atendemos 300 mil. As liberações iam ser de 200 milhões; foram liberados 580 milhões. Então, está avançando.

Ontem, eu fui ao Rio para discutir questões de meio ambiente. Eu não assisti a uma reunião lá, do Rio, chamada 5+1, cinco anos depois da reunião de 92, daquela cúpula da terra. Eu não assisti aos debates, mas, certamente os ambientalistas terão dito que não avançou nada, porque, diante do imenso desafio do meio ambiente, tudo parece muito pouco. Eu disse: “olha, cuidado, nunca se deve tomar uma atitude puramente crítica. Quem tem atitude niilista é conservador.” Eu até citei o livro de um amigo meu sobre a retórica reacionária. Os reacionários são pessimistas, quem quer ser progressista, não pode ser pessimista, porque se for pessimista não tem coragem de mexer, a coisa não avança. Então, quando a gente diz que nada avançou, ajuda aqueles que não querem avançar.

A gente deve ter uma atitude crítica de querer mais, tem que começar a reconhecer que está avançando, até mesmo para encorajar os que estão querendo avançar.

Então no caso específico do Pronaf houve um avanço, é insuficiente, mas vai avançar mais – se nós nos organizarmos mais, se negociarmos mais, se tivermos mais condição política de cobrar que as coisas cheguem lá na ponta. O mesmo diz respeito à questão da reforma agrária.

Vocês sabem que, quando fui candidato, eu tinha um programa de assentamento e coloquei quais eram os números lá. Nós estamos cumprindo o programa, com enormes dificuldades. A dificuldade não deriva só do fato do dinheiro que existe, da dificuldade de financiamento e da falta de vontade política, porque a vontade política eu tenho, e o Governo tem. Ela deriva dessas outras questões todas que nós estamos colocando aqui: da dificuldade técnica, burocrática, da incapacidade de a máquina do Governo fazer o que precisa. Isso não muda do dia para a noite. Faltam técnicos. Aí entra a questão da justiça – vou me referir a essa bonita manifestação que foi feita aqui, sobre a justiça, daqui há pouco.

Há todo um processo que inclui governo, sociedade, interesses legítimos, contrariados ou não, interesses de proprietários, interesses de fazendeiros – que também são legítimos, eles têm que produzir porque senão o Brasil não tem como comer. Não se pode ter uma atitude e dizer: “bom, já que é dono da terra não serve.” Não. Depende. Se estiver trabalhando, se for fazendeiro eficaz, nós precisamos disso.

Bem, estamos avançando na questão da reforma agrária e vamos avançar mais. Eu não vou me comprometer com números além do que eu já propus no Governo, mas é claro que eu fico feliz se for possível avançar mais depressa. E nós estamos criando as condições para isso. O Ministro da Reforma Agrária está ativo nessa matéria. A área econômica tem sido compreensiva nessa matéria. E vamos ter que avançar.

Há pouco tempo nós todos achávamos que seria impossível obter o rito sumário. Obtivemos o rito sumário. Eu dei uma espiadinha aqui nas reivindicações e vi que todas as medidas legislativas que vocês estão reivindicando são medidas propostas pelo Governo ou que têm pleno apoio do Governo, todas no que diz respeito à questão da terra. Todas, sem exceção. Faltou uma que tem apoio também, que é uma proposta do Senador Roberto Freire, que trata da necessidade de se rever os

valores das indenizações. Tem o meu apoio a proposta do Roberto Freire, o nosso apoio.

Na questão das liminares nós temos que avançar mais depressa, mas, é o mesmo processo que se disse antes, não é eu aperto o botão e a coisa acontece. Não acontece, porque tem outros interesses que nós temos que negociar e ver qual é o interesse do conjunto do país, mas nós vamos avançar. Nessas matérias legislativas tudo que foi aqui trazido como pauta de reivindicação, eu só não assino embaixo porque o Vicentinho vai me cobrar que eu assine. E eu não posso assinar porque eu sou Presidente da República. Mas como ele hoje está pedindo justiça, aí eu assino embaixo.

Agora, nós avançamos numa coisa que era impensável nessa matéria. Olha, eu fui senador muitos anos. O ex-Presidente Collor, para dar um exemplo extremo, propôs uma modificação pequena no ITR. Foi derrotado. Uma parte da esquerda votou contra ele, como eu, porque é uma medida de imposto progressivo na terra, vocês se lembram disso? Foi derrotado. Todo mundo foi derrotado em matéria de ITR. Nós conseguimos. Nós conseguimos por quê? Não é por causa do Governo sozinho, nem por causa do desenvolvimento sozinho, é porque os dois estão juntos no objetivo. Para avançar é preciso que haja uma convergência, e por trás de nós está a sociedade inteira que quer.

Então nós avançamos no ITR que é uma coisa muito importante, quer dizer, é a sentença de morte do latifúndio num certo prazo, porque a terra caiu de preço por causa do real. Caiu de preço. Não é mais reserva de valor. Caiu de preço fortemente e o imposto subiu fortemente. Então, para manter terra em grande quantidade sem produzir, vai ser inviável. De modo que nós estamos avançando, está havendo um processo de transformação que positivo. Precisa avançar mais.

Tem o problema das quebradeiras de coco, vamos examinar do que se trata, falar com o Ministro do Trabalho ou quem seja. Vamos examinar como outro dia estivemos discutindo a questão dos seringueiros e avançamos nessa questão, não sei se já chegou lá na ponta; daqui eu não sei. É preciso que alguém lá na ponta movimente, veja, recla-

me. Tudo para que as coisas avancem, e estamos avançando nessas várias direções.

O último ponto aqui mencionado é o mais sensível de todos, porque a sociedade, como ela está em mudança, como ela está avançando, como a consciência social aumentou, como ninguém mais aceita as desigualdades no nível que temos, também não se aceita mais a impunidade. Já disse isso mais de uma vez, eu fui membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana no Ministério da Justiça – líder da oposição – e renunciei. Por quê? Porque todos esses crimes estavam já configurados, demonstrados e nada acontecia. É verdade.

O Ministro da Justiça foi, a meu pedido, recentemente, a Eldorado dos Carajás, a Curianópolis, foi ao Pará. Foi verificar o que está acontecendo com a questão do crime lá. Vocês sabem que essa matéria, pela Constituição, não tem nada a ver com o Governo Federal. Nada, zero. Claro que quando vocês fazem tribunais populares é para julgar a mim, que não tenho nada com o assunto. Bom, nada a ver, do ponto de vista legal, nada. Não obstante, do ponto de vista moral, sim. E o Ministro foi lá, para ver como é que estava, e havia muitas coisas que estavam indo por um caminho torto. Reuniu-se com juiz, polícia, governador, desembargadores, para tentar equacionar – isso para me referir a um caso mais recente, sem falar desses outros.

Pois bem, o Ministro me disse, depois, numa reunião que nós tivemos aqui, algo que é preocupante, que é o seguinte: se tudo funcionar direitinho, como ele pôs e dispôs – quer dizer, ele não tem poder para isso, poder, mesmo, quem tem, pela Constituição, não é o Governo Federal – mas se tudo for feito, talvez, no ano 2000, se comece o julgamento. É isso, Ministro?

Então, é um problema complicado, porque nós vivemos num estado de direito – aqueles que viveram em épocas onde havia ditaduras sabem que nada é pior –, e, num estado de direito, com a tradição jurídica bacharelesca brasileira e com essa ineficiência das nossas organizações estatais, as coisas são lentas e levam ao desespero. Levam ao desespero.

Podem ter certeza de que, quando vocês gritam por justiça, eu me somo a esse grito. Agora, na prática, como é que se faz? É o que nós

estamos tentando fazer – pressionar, manda um, manda outro, muda a lei, acelera. Mas tudo isso tem que ser num processo de convencimento. Eu não estou dizendo isso para que vocês se conformem, não, eu acho que ninguém pode se conformar. Estou, digamos, justificando que também nós – Governo Federal – estamos tentando botar a pressão que nós podemos botar, para que as coisas caminhem. Mas o processo é social; não é só político, não é estatal. É mais amplo do que isso, é um conjunto muito mais amplo, que depende de uma mudança no modo de atuação, na consciência, na organização da própria sociedade.

Esse está avançando. Esse está avançando, graças à ação de vocês, de todos nós, digamos. Vamos ser com clareza. A sugestão que foi dada, aqui, da outra vez – o Calabi coordenou – é uma boa sugestão. Provavelmente, quem tem que coordenar isso é Ministério do Planejamento mesmo, porque passa transversalmente a todos. O Secretário Matos está aqui, substituindo o ministro, hoje. Verá quem, no Ministério do Planejamento, pode se encarregar para negociar essa pauta e verificar o que se pode fazer, não é?

E, com esse espírito, eu creio que nós vamos continuar avançando. De modo que eu termino repetindo o que disse, há pouco: as coisas são dificeis. Nem tudo está bom. Há muito a criticar, mas nós temos que ter a coragem de reconhecer quando as coisas avançam. E eu acho que nós estamos avançando e temos que guardar o otimismo e a esperança, não como forma de anestesiar a demanda, a crítica, mas como forma de motivar a todos nós e, até mesmo, se me permitem, como disse o Vicentinho, no final, humildemente, o próprio Presidente da República.

Muito obrigado a vocês.